

IMPrensa E CAMPO EDUCACIONAL: ENUNCIADORES E CONTRATO DE LEITURA DO JORNAL A RAZÃO NA DÉCADA DE 1960

Press and educational field: enunciators and reading contract of the newspaper A Razão in the decade of 1960

Daiane Tonato Spiazzi¹

Eugenia Mariano da Rocha Barichello²

RESUMO

O objetivo deste estudo é evidenciar os enunciadores do jornal *A Razão* e o contrato de leitura que esse dispositivo estabeleceu com o campo educacional na cidade de Santa Maria, RS, Brasil, na década de 1960. Traçamos uma breve historiografia sobre a imprensa brasileira no período compreendido entre a primeira metade do século XX até a década de 1970, a fim de compreender como se estruturou o campo dos *media* nesse período, bem como compreender como esse se articulava com os demais campos, principalmente o educacional. Como referenciais teóricos para a análise, foram utilizados os conceitos de dispositivo de enunciação e contrato de leitura de Verón (2004). O *corpus* da pesquisa foi composto por notícias publicadas no jornal *A Razão*, no ano de 1968, e uma coluna criada nesse mesmo ano chamada *Universidade e Ensino*.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Patrimônio Cultural (UFSM), RS. Graduada em Jornalismo (Centro Universitário Franciscano). Graduada em História – Licenciatura Plena e Bacharelado (UFSM). Bolsista da Capes. *E-mail*: daiaspiazzi@yahoo.com.br

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e nos cursos de graduação em Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Jornalismo e Produção Editorial na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutora pela *University College of London* (UK), com bolsa de estágio sênior no Exterior concedida pela Capes. Bolsista em Produtividade do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional (CNPq/UFSM). *E-mail*: eugeniabarichello@gmail.com

Revisão: Jane Sartori

Data de submissão: 1º.11.2018

Data de aceite: 28.8.2019

Palavras-chave: Imprensa brasileira. Campo dos *media*. Dispositivos de enunciação. Contrato de leitura.

ABSTRACT

The objective of this study is to highlight the enunciators of the newspaper *A Razão* and the contract of reading that this device established with the educational field in the city of Santa Maria, RS, Brazil, in the decade of 1960. We draw a brief historiography about the Brazilian press in the period from the first half of the twentieth century until the 1970s, in order to understand how the field of the *media* was structured during this period, as well as to understand how it was articulated with other fields, especially the educational field. As theoretical references for the analysis were used the concepts of device of enunciation and contract of reading of Eliseo Verón (2004). The corpus of the research was composed of news published in the newspaper *A Razão*, in the year 1968, and a column created that same year called University and Teaching.

Keywords: Brazilian Press. Field of media. Enunciation devices. Reading Contract.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que tem como objetivo compreender de que forma a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi representada pelos jornais impressos, locais, regionais e nacionais, nas décadas de 1950 a 1970, e como esta representação contribuiu para a formação de sua memória institucional. Parte-se do pressuposto de que a criação e as primeiras décadas da Instituição foram pautas constantes dos jornais impressos e, dessa forma, representaram e legitimaram a UFSM por meio de seus discursos.

Como objeto de estudo para este artigo, foi utilizado o jornal *A Razão*, da cidade de Santa Maria. O objetivo consistiu em compreender quem são os enunciadores desse dispositivo e revelar o contrato de leitura que esse jornal fez com o campo da educação na década de 1960. Para a análise foram utilizados os conceitos de *dispositivo de enunciação* e *contrato de leitura* de Verón (2004). E, como, *corpus* de pesquisa, notícias publicadas no jornal *A Razão* no ano de 1968, e uma coluna criada nesse mesmo ano chamada *Universidade e Ensino*. O critério adotado para a seleção do *corpus* foi a representatividade do assunto proposto para análise.

O texto está estruturado em quatro partes. A primeira objetiva compreender como o campo dos *media* se estruturou no contexto histórico, cultural, político e social, na primeira metade do século XX até os anos de 1970. A segunda aborda a estrutura do campo dos *media* e do campo jornalístico.

A terceira identifica as cadeias de comunicação que se formaram no Brasil, focando especialmente a rede de Assis Chateaubriand, Diários e Emissoras Associados. A quarta faz uma análise do jornal *A Razão*, um dispositivo de enunciação da rede que constituía os Diários e Emissoras Associados e, por último, são feitas considerações pontuais sobre o contexto e a análise realizada.

1 A IMPRENSA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1920 A 1970

Na década de 1920, havia grandes jornais diários em circulação no Brasil, entre eles: *O Globo*, do Rio de Janeiro e a *Folha da Manhã*, de São Paulo (hoje *Folha de São Paulo*). Esses jornais esgotavam suas edições em sua cidade, mas enfrentavam certa dificuldade ao transpor os limites urbanos. A venda no interior era tímida e chegava geralmente com grande atraso. Apesar disso, eram considerados sinônimos de penetração, prestígio e seriedade. Mas, segundo Bahia (2009, p. 204), naquele período os jornais eram “peças do jogo político estabelecido pelas correntes dominantes”, uma vez que o maior poder da imprensa estava assentado no eixo Rio – São Paulo, onde estavam implantados os complexos industriais e as forças políticas e econômicas do País.

Até 1925, as grandes tiragens oscilavam entre 30 mil e 60 mil exemplares. Nos anos seguintes, com a chegada da rotativa *Man* e da rotogravura, a imprensa diária e semanal passa a ter maior capacidade de cópias e a generalizar a cor, os cadernos, os encartes e os suplementos. A partir dos anos 1930, há uma expansão do jornalismo impresso que, segundo Bahia (2009, p. 20-5), deve-se “a fatores políticos, econômicos e culturais projetados pelo inconformismo e pela desobediência civil dos anos 20”. De acordo com o autor, o jornalismo entraria “numa faixa de operação industrial que contrasta com a tradição boêmia, ativista, idealista das fases anteriores. O jornal-mito, identificado com a visão personalista do seu proprietário, dá lugar ao jornal-empresa”.

Configura-se, a partir de então, uma modernização da imprensa brasileira. Essa tem, segundo Bahia, origem tanto intelectual quanto operária. Advém de várias partes do Brasil, enriquecida por diversos movimentos, como a Semana de Arte Moderna, acentuada pelo espírito nacionalista renovador. Segundo o autor, na metade da década de 1930, há uma inovação no conteúdo dos diários de maior expressão. Eles adotam, também, uma ortografia mais simplificada. Já no final da década, a imprensa brasileira passa a contar com a cobertura internacional das agências *Associated Press* e *Reuters*. É a partir do movimento e da turbulência gerados durante a década de 30, “que nasce uma imprensa mais consciente do seu papel,

mais resistente às pressões oficiais”. Entretanto, muitos jornais ainda “escondem em suas colunas a situação real do País. O boato é a moeda mais corrente que a notícia”. (BAHIA, 2009, p. 211-212).

No Estado Novo, regime ditatorial instaurado em 1937 por Getúlio Vargas, é institucionalizada a censura, também conhecida como “regime da rolha”. Esta é estruturada a partir de 1939, com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esse departamento, desde a Revolução de 1930, funcionava como um órgão de censura e notificação a todas as redes de comunicação, manifestações do pensamento e expressões culturais. Entretanto, até 1939, funcionou quase sem expressão política, e o trabalho, mesmo a mando do governo, era realizado por jornalistas contratados. Após a instauração do Estado Novo, a censura exercida pelo DIP é transferida para o Ministério do Interior e Justiça, e os jornalistas são substituídos por policiais como censores. A partir desse momento, o DIP passa a exercer a censura nacionalmente, com feições totalitárias. (BAHIA, 2009).

Jornais e revistas que resistem à ditadura, como *O Estado de S. Paulo*, o *Diretrizes*, o *A Noite* e o *A Manhã*, têm suas redações ocupadas, fechadas, suspensas, ou ainda, desapropriadas, como é o caso do Estado de S. Paulo, que foi desapropriado em 1945. Já os jornais que atendem às demandas do governo, divulgando atos oficiais e apoiando seus efeitos, recebem do governo maciços recursos, que são empregados na expansão industrial do jornalismo. Ou seja, o governo favorece com subsídios as empresas que colaboram com o poder totalitário.

Com o fim da ditadura estado-novista e a queda de Getúlio Vargas, em 1945, tem início um novo período constitucional no Brasil, quando a imprensa readquire sua liberdade e são abolidos os instrumentos de censura. Durante o período regido pela Constituição brasileira de 1946, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 2.083, de 12 de novembro de 1953. Essa lei e seu texto refletem essa ambiência democrática ao assegurar que são livres a publicação e a circulação, no território nacional, de jornais e outros periódicos.

Depois de um período de liberdade, a realidade da imprensa muda novamente com a chegada dos militares ao poder, em 1964. E é por meio de Atos Institucionais que a censura volta com toda sua potência. Já com o Ato Institucional n 2, de 27 de outubro de 1965, baixado pelo General Castelo Branco, é alterado o art. 24 da Lei n. 2.083. E, no art. 16, “faculta ao presidente da República alterar itens constitucionais, cassar mandatos, suspender direitos políticos, violar o direito de imprensa”. (BAHIA, 2009, p. 311). Apesar das severas restrições instituídas pelos quatro primeiros Atos, é o AI-5 que terá maior impacto nos direitos civis dos brasileiros.

Baixado no dia 13 de dezembro de 1968, e tendo duração de dez anos, o AI-5 decreta o fechamento do Congresso Nacional, determina a censura a toda e qualquer manifestação do pensamento, suspende as prerrogativas da magistratura e o direito de *habeas corpus* para crimes de natureza política.

Apesar de duramente perseguida, a “imprensa nanica”, nome atribuído à pequena imprensa independente, representa uma importante ferramenta de resistência da sociedade. Vivendo na marginalidade, esses jornais e revistas alternativos “respondem por uma circulação nacional e global calculada em 350 mil exemplares” espalhados por todos os estados brasileiros. (BAHIA, 2009, p. 313).

O governo cria o Sistema Nacional de Informação, considerado vital para o esquema militar e que tem como função controlar e ditar as ações dos canais administrativos em conexão com o Conselho de Segurança Nacional. Por esse órgão passa todo o fluxo de comunicação interna e externa do Estado. Os jornais que, num primeiro momento, apoiavam o golpe e a saída do Presidente João Goulart, não vislumbravam no horizonte as consequências de um governo totalitário.

As relações entre a imprensa e o poder se agravam à medida que cresce a hostilidade por parte do governo, deflagrada com os Atos Institucionais e a Lei de Segurança Nacional. A estratégia de muitos jornais é apostar no anonimato, publicando informações sem assinatura, que sobrecarregam as empresas e enfraquecem sua credibilidade. Além da pressão sofrida com as coações, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, a censura, os Atos Institucionais e as portarias ministeriais, os veículos de comunicação sofriam pressão do governo, em função do cancelamento da publicidade por parte dos órgãos estatais, os quais garantiam o maior volume de anúncios e a maior parte da renda das empresas.

No período de repressão à informação, algumas instituições jornalísticas parecem ter maior liberdade. Porém, essa sensação é proveniente de uma falsa relação ou, ainda, de vínculos artificiais travados entre o poder e as instituições que não estavam dispostas a exceder ou a questionar o que se passava nos subterrâneos do governo. Ou seja, eram empresas que estavam dispostas a jogar o jogo do governo para se manterem, adotando uma postura conservadora de subserviência em relação ao poder.

2 A ESTRUTURA DO CAMPO DOS *MEDIA* E O CAMPO JORNALÍSTICO

O campo dos *media*, segundo Rodrigues (2001, p. 152), é uma “instituição de *mediação*” instaurada na modernidade e que compreende “todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados”. Esse tem “como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objetivos e ao respeito dos seus interesses”.

Na relação com os demais campos, o campo dos *media* adota como modalidade estratégica: a neutralização e a objetivação. Em relação à neutralização, o campo dos *media* “apresenta-se assim sob a figura do ‘dar a palavra a’”. (RODRIGUES, 2001, p. 159). Já a “objetivação”, segundo o autor, consiste na “sutil camuflagem do sujeito da enunciação”, que é construído na terceira pessoa gramatical. Utiliza-se ainda de outras formas discursivas, “nomeadamente as regras da exclusividade do direito à formulação das perguntas e na recusa [...] a ocuparem o lugar de resposta”. (p. 160).

Já as funções do campo dos *media*, segundo Rodrigues (2001), são constituídas pelo “resultado da delegação de uma parte das funções expressivas dos restantes campos sociais”, sendo que, nesse campo, as funções expressivas predominam sobre as funções pragmáticas, ou seja, “o dizer prevalece sobre o fazer”. Isso faz com que “o discurso assuma na modernidade uma posição central na estruturação do tecido social”. (p.158).

Como visto acima, na modernidade, uma questão cara ao jornalismo é a liberdade de expressão e a pressão que os jornalistas sofrem principalmente do campo político. A seguir serão abordadas as funções e pressões sofridas pelos membros do campo jornalístico e a forma como esse se estruturou no Brasil, na segunda metade do século XX.

Segundo Bourdieu (1997, p. 105), foi no século XIX que o campo jornalístico se constituiu como o conhecemos hoje. Conforme o autor, “o campo jornalístico é o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns sobre os outros”. E, ainda, o campo jornalístico está constantemente sujeito à pressão do mercado, do Poder Político, econômico, social, ou, ainda, da opinião pública, medida pelo índice de audiência.

Mouillaud e Porto (1997) adotam o conceito de “enquadramento” para descrever o processo de visibilidade ou escolha do que é notícia por parte

dos jornalistas. Assim, o “enquadramento” delimita o que está dentro e o que está fora do quadro, ou seja, o que deve e o que não deve ser visto. Segundo os autores, é preciso considerar a posição dos que controlam a informação, de forma explícita ou implícita. Mas, é necessário considerar que as molduras colocadas sobre as matérias estão submetidas a molduras já existentes, impostas ou naturalizadas pela cultura, sociedade, economia e política vigentes. Eles afirmam que as notícias não são apenas registros de acontecimentos mas produtos de estratégias, que podem ter sido influenciados por interesses externos ou podem servir para intervir em outros campos.

Diante desse processo de seleção e interpretação dos acontecimentos, realizado pelos jornalistas, associado ao enquadramento dado às matérias e ainda considerando toda a influência e as pressões que o campo jornalístico sofre e impõe, julga-se necessário compreender como se revelam esses dispositivos de enunciação e como o jornal *A Razão* se enquadra nesse processo.

3 AS CADEIAS DE COMUNICAÇÃO E A REDE DE ASSIS CHATEAUBRIAND

A imprensa lança suas raízes no Brasil ainda no Império, firmando-se na Primeira República. Mas é no começo do século XX, que a grande imprensa, concentrada no eixo Rio – São Paulo, amplia seu domínio político e econômico. Até então, os grandes jornais como: *O País*, o *Correio Paulistano*, *A Província de S. Paulo*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* eram mantidos com “capitais privados de origem liberal, conservadora, cidadina, agrícola, representativo das correntes situacionistas e oposicionistas que disputam o controle do poder”, segundo relata Bahia. (2009, p. 240).

A partir dos anos 50, o progresso é instaurado em diversos setores da sociedade, materializado com: “o surto industrial, a urbanização, o sindicalismo, o consumo interno, as exportações e a influência de novas camadas para compor uma classe média cada vez mais presente”. (BAHIA, 2009, p. 241). Nesse contexto, o jornalismo ganha novos contornos, que advêm das novas formas de circulação e de um crescente investimento em anúncios, mensagens institucionais e promoções.

Entretanto, o êxito da imprensa brasileira não se deu apenas por fatores econômicos, mas, principalmente, pelo vínculo que criou com a população, graças a características tais como: credibilidade, veracidade, atualidade, confiança, identidade, etc., expressas nas suas linhas editoriais.

O sucesso dos jornais no século XX, segundo Bahia (2009), se deu pela influência que o jornalismo exercia sobre a sociedade.

A imprensa no Brasil, desde sua origem, costumava ser propriedade de organizações e/ou famílias que a transmitiam hereditariamente. Entretanto, há uma exceção. É o caso do “Império Chateaubriand”, conforme coloca Bahia. (2009). Os veículos que pertenciam a esse “Império” eram frutos de um condomínio de participação e controle, chamado de “família associada”.

No Brasil, a primeira cadeia de comunicação é criada pelo paraibano Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Antes dele, outras tentativas haviam fracassado, como o grupo *A Noite*, de Geraldo Rocha, que fora desapropriado pela ditadura de Vargas. Chateaubriand, aos moldes da cadeia *Hearst* norte-americana; cria os Diários e Emissoras Associados que, no seu apogeu, incluíam 31 jornais diários, três revistas, uma agência de notícias, 23 emissoras de rádio e 13 estações de televisão. E, segundo Bahia (2009, p. 259), “constituem, nas décadas de 30 a 70, um império jornalístico sem paralelo no País e na América Latina”.

Aos veículos pertencentes à sua rede, Chateaubriand impõe um “padrão associados”, que deve atender ao gosto comum dos consumidores, mas que também se põe a serviço e aos interesses do seu proprietário. Com vistas à projeção do poder, imprime aos seus associados a ideologia do lucro e do êxito. O Império de Chateaubriand e sua relação com o poder passam por três fases distintas: a primeira, está relacionada à identificação com a ditadura de Vargas; a segunda, diz respeito à sua adequação ao período democrático de 1946 a 1964; e a terceira, trata da sua relação com o regime militar após 1964, até sua morte em 1968. (BAHIA, 2009).

Até os anos 50, o Grupo Diários e Emissoras Associados dominam praticamente sozinhos o mercado da comunicação brasileira e faturam mais do que todos os demais jornais juntos, tendo como concorrente apenas *O Estado de S. Paulo*. A partir de 1950, grandes mudanças estruturais, sociais e econômicas fazem o Brasil prosperar. Ocorrem mudanças na produção de energia, na abertura e manutenção de estradas e rodovias, no incentivo à indústria automobilística e naval, na mineração de metais (indústria siderúrgica). O País passa a fabricar máquinas pesadas, investe em construção civil e estabelece seu próprio padrão de desenvolvimento industrial. Esse “novo” país repercute também na imprensa. Há mudança nas redações, e fortalecimento da notícia, ou seja, mudança tanto na forma como no conteúdo da informação. Surgem, também, novas cadeias de comunicação que passam a disputar espaço com o quase monopólio de Chateaubriand na comunicação brasileira.

4 JORNAL *A RAZÃO*: UM DISPOSITIVO DE ENUNCIÇÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

Com base no que foi apresentado até o momento, sobre a história da imprensa no Brasil e sobre a maneira como o campo midiático estava estruturado e se relacionava com os demais campos no período delimitado, julgamos importante identificar os dispositivos de enunciação contidos nos discursos do jornal *A Razão*. E, tendo em vista que o foco da pesquisa é compreender a relação do jornal com o campo educacional, foi realizada, também, uma análise do contrato de leitura estabelecido entre *A Razão*, na coluna *Universidade e Ensino*, com o público.

Para realizar essa análise foi utilizado como referência o conceito de dispositivo de enunciação de Verón (2004):

Em um discurso, qualquer que seja sua natureza, as modalidades do dizer constroem, dão forma, ao que chamaremos de dispositivos de enunciação. Este dispositivo comporta: 1. A imagem de quem fala: chamaremos essa imagem de o enunciador. 2. A imagem daquele a quem o discurso é endereçado: o destinatário. 3. A relação entre o enunciado e o destinatário, que é proposto no e pelo discurso. (VERÓN, 2004, p. 217-218).

Compreendemos que o dispositivo de enunciação proposto por Verón é composto por três partes; no entanto, neste estudo, buscamos apenas identificar quem é o enunciador no jornal *A Razão*, ou seja, procuramos identificar a imagem de quem fala, seus diferentes posicionamentos ideológicos ou posições enunciativas ou, ainda, os lugares de fala. Para compreendermos quem é o enunciador no jornal *A Razão*, temos em vista que, dentro do jornal, existem diferentes emissores e, cada um, em seus discursos, pode construir enunciadores diferentes. Esse enunciador também pode, como veremos, ser externo, ou seja, não fazer parte da redação do jornal.

4.1 Jornal *A Razão* e seus enunciadores

O jornal *A Razão* era, até 24 de fevereiro de 2017 (ano em que encerrou suas atividades), um dos mais antigos e tradicionais jornais de Santa Maria, fundado pelos jornalistas Clarimundo Flores, Gélío Brinckmann e Flodoardo Martins da Silva, em 8 de outubro de 1934. A concepção editorial dos fundadores era baseada nos ideais republicanos, com influência positivista, daí o nome *A Razão*.

O motivo pelo qual o jornal foi implantado na cidade era dar visibilidade para a candidatura à presidência da República de Osvaldo Aranha e sua atuação na Organização das Nações Unidas (ONU). O jornal cobria todos os fatos internacionais de relevância com base em agências de notícias e pautas variadas, o que caracterizou o jornal desde o início. No dia 9 de outubro de 1934, o primeiro exemplar de *A Razão* começou a circular na cidade, tendo como manchete principal: “Integralistas e comunistas tiveram violento choque em São Paulo, resultando vários mortos e mais de 80 feridos”. Logo após, o editorial de Clarimundo Flores destacava: “Faremos política construtiva na mais sincera significação do termo e procuraremos, pela doutrinação honesta, cooperar para o reerguimento moral da República”. (*A RAZÃO*, 9 de out., 1934, n. 1, p.1).

Como podemos perceber, *A Razão*, já no seu primeiro editorial, apresenta um enunciador positivista e republicano. Isso é evidenciado pelas marcas discursivas expressas pelos seguintes termos: “política construtivista”, “doutrinação honesta” e “reerguimento moral da República”.

Em 1935, *A Razão* instalou sucursais em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre e investiu em novas tecnologias, como máquinas, além de contratar equipe de reportagem e utilizar serviço telegráfico. A estrutura fez-se necessária para vencer a concorrência dos jornais *Correio do Povo* e *Diário da Manhã* do grupo Caldas Junior. Com o início do “Estado Novo” e o fim da candidatura de Osvaldo Aranha, *A Razão* foi vendida para os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. O jornal passou a receber notícias da Agência Meridional, da mesma rede, e a publicar as colunas de seu proprietário. O grupo dirigiu o veículo de 1943 até o início dos anos 80.

Nas mãos do grupo denominado Diários Associados, *A Razão* passa a apresentar enunciadores diversificados, que expressam o movimento social e político de cada fase. Entretanto, sua principal voz corresponde ao coordenador do grupo (Assis Chateaubriand), que impunha a todos os veículos associados sua ideologia e seus interesses vinculados ao poder. Outras vozes, também, podem ser percebidas nos discursos, de acordo com a fase política.

O enunciador militar fica claro nas notícias sobre passeatas, atentados, reformas governamentais. Na construção dos discursos, como veremos no exemplo abaixo, a informação aparece, por vezes, vazia de sentido ideológico e sequer configura-se como uma informação completa, apenas a narração do fato, sem apresentar causas, objetivos e consequências. Ou seja, o jornal apenas informa que houve o fato. Mas, analisando as marcas discursivas, identificamos o enunciador e o emissor e, ainda, os efeitos de sentido pretendidos (exemplo 1). Em outros casos, o emissor dá a palavra ao enunciador, aqui configurado como um militar, ou repete as palavras

dele. Consequentemente, concluímos que o enunciador é o próprio governo (exemplo 2).

Exemplo 1

Nova passeata de cem mil estudantes ontem no Rio. Rio (Meridional) – URGENTE – Milhares de pessoas participaram neste momento de grande passeata de estudantes desta tarde, na Avenida Rio Branco. Calcula-se em cem mil o número de manifestantes. Todos os edifícios da Avenida Rio Branco estão cooperando com os estudantes, fazendo cair do alto, sobre os manifestantes, verdadeira chuva de papel picado. Desfilam com os estudantes, professores, padres, freiras, artistas, intelectuais e populares de todas as classes. (A RAZÃO, 5 de jul. 1968, n. 219, p. 1).

Podemos dizer que o enunciador é o Grupo Diários e Emissoras Associados, por meio da Agência de Notícias Meridional. Esse enunciador tem por objetivo relatar o fato e o apoio dado à manifestação. Entretanto, não se preocupa em dizer os motivos e objetivos da passeata nem suas consequências. Já o emissor do discurso, apesar de ter sido silenciado pelo dispositivo que a ele se sobrepõe, usa algumas marcas discursivas que demonstram sua posição em relação ao movimento dos estudantes. Quando usa “milhares” e “grande passeata”, está fazendo referências à quantidade, o que identifica que o movimento foi expressivo ou teve relevância. Ao usar a expressão “verdadeira chuva” e o termo “desfilam”, o emissor está legitimando a ação, pois demonstra o apoio popular. Destacamos, ainda, o fato de que, desfilar na rua é próprio dos militares na Semana da Pátria, e não de estudantes que estão protestando.

Exemplo 2

Gen. Syzeno Sarmento: “Não acredito que o povo vá apoiar indefinidamente passeatas e badernas”. RIO – 4 (M) – O general Syzeno Sarmento, comandante do I Exército, falando aos jornalistas guanabarianos disse que não acredita que o povo vá apoiar indefinidamente as passeatas, pois tais movimentos geram anormalidades na vida diária dos brasileiros. Segundo o militar, as passeatas poderão provocar uma reação contrária na própria opinião pública. Com relação ao plano subversivo que estaria por eclodir no país, com o rapto de ministros de Estado e Chefes Militares, o General Syzeno disse não acreditar que tal plano venha ser posto em prática, já que o Exército está atento a todos os movimentos estranhos à vida nacional. (A RAZÃO, 5 jul. de 1968, n 219, p. 1).

Em 1968, o jornal *A Razão* pertencia ao Grupo Diários e Emissoras Associados e, assim, as matérias publicadas no jornal visavam a informar a população sobre os principais acontecimentos internacionais, nacionais e locais. Algumas dessas informações provinham da Agência de Notícias Meridional, pertencente ao mesmo Grupo, como descrito nos exemplos acima. Nas matérias publicadas ou produzidas por *A Razão*, o jornal mantém uma postura neutra e puramente informativa, abordando os principais fatos, sem emitir juízos de valor, principalmente quando relatam episódios sobre protestos, crimes, prisões, mortes, entre outros assuntos que poderiam desagradar o governo. Entretanto, com o uso de marcas discursivas, expressa sua opinião sobre determinados assuntos, conforme exemplo 3.

Exemplo 3

Juventude Unida – Em 16 de março último, na Vila Kennedy, foi fundada por um grupo de jovens, a Agremiação Juventude Unida, que instalou sua sede provisória num dos prédios de administração do referido núcleo residencial. Foi eleita a seguinte diretoria: Silvio Figueiredo, presidente; Plínio Figueiredo, secretário e Marli Siqueira, tesoureira. O objetivo da Agremiação é robustecer a amizade entre os jovens, criando-lhes atitudes harmônicas com esse sentimento de bondade e de amor. (*A RAZÃO*, 5 jul. de 1968, n 219, p. 1968, nº 145, p. 8).

No exemplo acima, apesar de uma notícia aparentemente inocente e sem relevância política, o enunciador, aqui o próprio jornal, deixa evidências do seu posicionamento e do sentido que quis produzir. Ou seja, ao utilizar no título “Juventude Unida”, faz forte referência às manifestações de estudantes que estão eclodindo em todo o País e, ainda, afirma, na passagem “robustecer a amizade” que essa ação tem por objetivo unir os jovens em uma causa única que, no caso, pode ter sido mascarada, devido à pressão sofrida pelo próprio dispositivo.

No ano analisado de 1968, o jornal *A Razão* é publicado de terça a domingo. Cria uma imagem enunciativa por meio de uma estrutura gráfica quase inalterada, reservando espaço para os interesses dos campos influentes e detentores do poder naquela sociedade: Campo Político/Militar, Campo Religioso e Campo Educacional, conforme a descrição que segue: Na capa e contracapa, o jornal traz as matérias de maior relevância, principalmente ligadas à política (que envolvem feitos do governo), fatos importantes (chegada do homem à Lua, guerras, romaria, crimes, curiosidades), assuntos de interesse público (Imposto de Renda,

exposições, etc.) e notícias que envolvem o campo educacional (principalmente ligadas à Universidade Federal de Santa Maria, à Secretaria da Educação, ao Ministro da Educação, etc.).

A página 2, geralmente, veicula três colunas: “Noticiário Militar” – com assuntos destinados aos militares; “Universidade e Ensino” – fala sobre educação, tanto trazendo temas da universidade quanto escolar; “Ronda Noturna” – apresenta pequenas notas com notícias do que aconteceu na cidade (essa coluna, por vezes é encontrada na página 3). A página 2 também reúne matérias relacionadas ao exército, ao governo e à educação. Já a página 3 é destinada à cultura, sociedade, ao entretenimento e apresenta notícias ou notas sobre acontecimentos culturais e educacionais na cidade. Na página 4, é apresentado um misto de notícias (esporte, interesse público, entre outros) e os classificados e a página 5 publica, preferencialmente, esportes. Nos finais de semana, é possível algumas alterações nas páginas, mas a estrutura editorial se mantém, sendo incluído, a partir de 1969, o caderno 2 ou caderno especial.

Como vimos, o jornal *A Razão* mantinha relações constantes com os campos político, militar e educacional, sendo esses também seus enunciadores preferenciais. Sendo o campo educacional o foco do nosso projeto e tendo ele grande inserção no jornal, principalmente no que configurava as ações do então reitor da UFSM, Prof. José Mariano da Rocha Filho, este artigo se propôs a analisar o contrato de leitura entre o jornal *A Razão*, a partir da coluna *Universidade e Ensino* com o campo educacional. Salientamos que o recorte do *corpus* analisado neste artigo faz parte de uma pesquisa maior, ainda em andamento, que compreende o período de 1960 a 1973. Entretanto, para este artigo, em função do espaço, demos preferência à análise de apenas um ano e de matérias que pudessem elucidar os objetivos propostos.

4.2 O Contrato de leitura do jornal *A Razão* com o campo educacional

Considerando que “é o contrato de leitura que cria o vínculo entre o suporte e seu leitor” (VERÓN, 2004, p. 219), detemo-nos a analisar o contrato de leitura estabelecido entre o jornal *A Razão* e seu público no campo educacional, a partir da coluna *Universidade e Ensino*. Para esse fim, elegemos como *corpus* de análise a primeira publicação da coluna, a qual, transcrevemos na íntegra, porque a mesma não pode ser encontrada em outros suportes, como o *online*. Nesse discurso, o dispositivo deixa claro qual é o vínculo que quer estabelecer com a sociedade educacional de Santa Maria, conforme texto a seguir:

Uma nova coluna em jornal quer dizer um novo serviço. Com UNIVERSIDADE E ENSINO queremos dar uma dimensão nova ao atendimento que sempre tem dado “A Razão” aos assuntos e notícias que interessam ao setor educacional e estudantil das comunidades rio-grandenses da área que cobrimos jornalisticamente. A importância da informação educacional cresce dia-a-dia, na medida em que se desdobra esforço nacional para o desenvolvimento, podendo-se, sem demagogia, condicionar o progresso ao ensino em todos os níveis. Santa Maria compreendeu bem cedo esta possibilidade indispensável para o futuro de nossa nação. Sua Universidade é um exemplo do que deve ser feito para arrancar as comunidades do nosso interior dos hábitos arraigados de pensamento e trabalho superados num mundo em que a técnica e o espírito da descoberta, da novidade útil, determinam suas próprias condições vitais, sociais e espirituais. Nosso esforço ao abrir nova coluna é de ensinar uma colaboração ainda mais solidária a esta promoção do homem pela cultura.

O ensino médio e primário tem neste esforço uma importância que não se pode subestimar, podemos dizer que muito do que a Universidade pode fazer depende do lastro, dos fundamentos que nesta etapa da educação se lança. É preciso, pois, que os colégios e órgãos a que estão subordinados façam chegar a nós as notícias de seu interesse para a devida divulgação. Já recebemos de muitas partes tais notícias, especialmente da Seccional santa-mariense, e da Secretaria Municipal de Educação. As escolas, no entanto, podem e devem dirigir-se a nós trazendo-nos a informação dos seus trabalhos, das atividades festivas ou administrativas a que procuraremos dar uma forma adequada de notícia jornalística.

Neste setor, a vida do estudantado, quer universitário, quer secundário e mesmo primário, é dos mais significativos. Por ele pode se avaliar o trabalho da educação e, muitas vezes, diagnosticar as orientações futuras. Por isso queremos contar com os diretórios estudantis de todas as partes, dispostos que estamos a veicular suas notícias.

Nosso desejo é de colaborar na medida de nossas possibilidades jornalísticas em todo o esforço que faz pela Educação, e para isso nos colocamos aqui à disposição de todos os que trabalham produtivamente pela formação e a cultura do homem. Carlos Scarinci. (A RAZÃO, 15. Jan. 1968, n. 80, p. 5).

Nesse texto, o enunciador Carlos Scarinci, que era, na circunstância, professor na UFSM e colaborador do jornal *A Razão*, assina a editoria da coluna e aciona outros enunciadores (editor e o próprio dispositivo jornal *A Razão*) para travarem um vínculo com o público-alvo, aqui os agentes atuantes no *campo educacional*. Nessa editoria, deixa claro o contrato ou vínculo que o jornal quer ter com seu público e, ainda, evidencia seu posicionamento em relação à UFSM e às escolas de Santa Maria.

Ele inicia o texto dizendo aos leitores que o jornal está oferecendo um novo serviço e reafirma o compromisso desse dispositivo com o campo educacional e sua comunidade regional, que, segundo ele, já vem sendo realizado. No trecho “Santa Maria compreendeu bem cedo esta possibilidade indispensável para o futuro de nossa nação. Sua Universidade é um exemplo do que deve ser feito [...]” (1º parágrafo), o enunciador dá visibilidade e legitima a UFSM como produtora e incentivadora de mudanças sociais e culturais.

Da mesma forma, no parágrafo seguinte, enaltece e legitima o Ensino Primário e o Ensino Médio oferecidos na cidade e região. No trecho: “É preciso, pois, que os colégios e órgãos a que estão subordinados façam chegar a nós as notícias de seu interesse para a devida divulgação” (2º parágrafo), trava com o público uma relação de proximidade, de troca e diálogo, deixando claro que estão abertas para as demandas desse público. Entretanto, na parte que segue: “As escolas, no entanto, podem e devem dirigir-se a nós trazendo-nos a informação dos seus trabalhos, das atividades festivas ou administrativas a que procuraremos dar uma forma adequada de notícia jornalística” (2º parágrafo), o enunciador deixa claro que quem tem a legitimidade da notícia é o dispositivo, ou seja, recebemos suas informações, mas nós (jornalistas ou colaboradores do jornal) iremos transformá-las em notícias. Nesse trecho do texto, podemos dizer que o jornal estabelece certa distância do público, compreendendo-o apenas como fonte e não como produtor de notícias.

Ao invocar os diretórios estudantis, o jornal toma uma posição liberal e legitimadora dessas entidades, uma vez que, nesse período, existiam muitos conflitos envolvendo os estudantes organizados e/ou ligados a grupos estudantis. Mas, apesar de demonstrar estar aberto ao campo educacional em todos os seus níveis, o enunciador deixa um recado ao seu público, que, embora tenha o desejo de criar um vínculo e uma relação de proximidade, não tem total autonomia sobre o discurso que produz e publica. Isso fica evidente no seguinte trecho: “Nosso desejo é de colaborar na medida de nossas possibilidades jornalísticas” (4º parágrafo). Mas, logo após, reforça o compromisso assumido com a criação da coluna e o vínculo que quer estabelecer com o campo da educação, com a seguinte afirmação:

“E nos colocamos aqui à disposição de todos os que trabalham produtivamente pela formação e a cultura do homem”. (4º parágrafo).

CONSIDERAÇÕES PONTUAIS

Ao longo deste artigo, procuramos deixar clara nossa compreensão quanto aos resultados obtidos com a observação e análise do *corpus*. Diante disso, consideramos que os resultados apontaram que o campo dos *media* sempre esteve ligado ao poder vigente. Este se mostrou presente nas redações dos grandes jornais ou de redes de comunicação, uma vez que seu funcionamento e existência dependem da política e da economia de cada época. Outro fator, que tem influência nas redações, diz respeito às mudanças sociais e econômicas de cada época. No período analisado, podemos citar a produção de energia, a abertura de estradas e rodovias, o incentivo à instalação de indústrias e a construção civil. Essas transformações na sociedade da época, como indicam nossas pesquisas, também causaram influências e alterações nas redações jornalísticas, tanto como pautas ou como agentes de mudança.

Mas um fato que ficou evidente no resgate histórico da imprensa é o quanto os jornais serviram de porta-vozes dos interesses dos governos e/ou dos seus proprietários, principalmente durante os períodos de repressão e censura. Ou seja, ao analisarmos os jornais é possível perceber os agentes de poder (político ou econômico) como enunciadorees dos discursos jornalísticos. Da mesma forma, pudemos perceber quando os dispositivos jornalísticos reassumem o controle e se colocam como enunciadorees do seu próprio conteúdo. Entretanto, podemos dizer que isso ocorre devido à competência atribuída ou assumida pelo campo dos *medias*, de neutralidade e objetivação.

Já no que se refere à escolha dos dispositivos sobre o que é notícia ou não, como vimos, sempre esteve, nas quatro fases atravessadas pela imprensa brasileira na primeira metade do século XX até os anos de 1970, relacionada com a pressão sofrida pelos dispositivos, ou seja, com os interesses daqueles que controlam as informações, seja para apagar, silenciar, seja para ou evidenciar fatos. As notícias, ao longo das transformações históricas, políticas e sociais ganharam “molduras”, muitas destas arbitrárias e impostas, concomitantemente com os interesses do poder.

No caso do jornal *A Razão*, no período estudado, fica evidente a “moldura” que enquadra suas notícias e que também cunha, na mesma direção, seus enunciadorees. No início o proprietário, dono de uma postura e personalidade ligadas ao poder e ao êxito, impunha a seus veículos um

padrão próprio. A Razão também estava em conformidade com os demais veículos da rede, inclusive publicando seus discursos, como no caso das matérias e notas da Agência Meridional. Mas a “moldura” que fica mais evidente é a da censura estabelecida pelos governos ditatoriais, que tomam a palavra, colocam-se como enunciadores e direcionam o efeito de sentido que as notícias têm que causar.

Entretanto, o que podemos perceber, na pesquisa realizada, é que o campo jornalístico, apesar de sofrer pressão dos demais campos, principalmente político e econômico, busca sua legitimação, mesmo em períodos de maior repressão. Isso ocorre com o uso de estratégias discursivas, pois os dispositivos deixam marcas que evidenciam sentidos e revelam enunciadores e posições ideológicas e políticas. Podemos afirmar que isso ocorre no discurso do jornal *A Razão*, que, apesar da forte influência do Poder Político, Econômico, e da rede Diários e Emissoras Associados, à qual se filia, consegue estabelecer vínculos próprios com sua comunidade, principalmente por meio do campo educacional, como fica claro no contrato de leitura deflagrado na coluna *Universidade e Ensino*.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 1.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: a influência do jornalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (org.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo, 1997.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 2001.
- VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um Tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

JORNAIS

A RAZÃO, Santa Maria, ano 33, n. 80, 15 de jan. 1968. Universidade e Ensino, p. 5.

JUVENTUDE Unida. *A Razão*, Santa Maria, ano 33, n. 145, 5 abr. p. 8 1968.

INTEGRALISTAS e comunistas tiveram violento choque em São Paulo, resultando vários mortos e mais de 80 feridos. *A Razão*, Santa Maria, ano 1, n. 1, 9 out. 1934. p. 1

NÃO acredito que o povo vá apoiar indefinidamente passeatas e badernas. *A Razão*, Santa Maria, ano 33, n. 219, 5 jul. 1968. p.1.

NOVA passeata de cem mil estudantes ontem no Rio. *A Razão*, Santa Maria, ano 33, n. 219, 5 jul. p. 1, 1968.